

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 2.059, DE 2019

APENSADO: PL nº 1780/2022

Altera a redação do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para disciplinar a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores.

Autor: Deputado GLAUSTIN FOKUS

Relator: Deputado GUIGA PEIXOTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.059, de 2019, de autoria do Deputado Glaustin Fokus, busca alterar a redação do Código Civil de maneira a disciplinar a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores.

Desta maneira, propõe modificar a redação do *caput* do art. 710 do Código de maneira a estipular que tanto na agência, representação comercial, revenda ou distribuição uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada.

Destaca-se que, na redação atual do Código Civil, não estão presentes as designações “representação comercial” e “revenda” no Capítulo que trata da agência e distribuição, e que abrange os arts. 710 a 721.



Ademais, a proposição também busca estipular uma ressalva ao conceito de distribuição. Na redação vigente do Código Civil, caracteriza-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada. A ressalva proposta se refere às situações abrangidas pela Lei nº 6.729, de 1979, conhecida como “Lei Ferrari”, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

Por fim, a proposição busca dispor que os contratos de agência e os contratos de agente distribuidor reger-se-ão, pela Lei nº 4.886, de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Em 01/07/2022 foi apensado a esta proposição o Projeto de Lei nº 1780, de 2022, que dispõe sobre a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores de produtos industrializados, e dá outras providências.

O Projeto de Lei nº 2.059, de 2019, que tramita em regime ordinário, está sujeita a apreciação conclusiva e foi distribuída a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que também se manifestará quanto ao mérito da proposição.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Colegiado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente Projeto de Lei nº 2.059, de 2019, busca esclarecer as disposições do Código Civil acerca dos contratos de agência e de distribuição, e a relação de seus dispositivos com aqueles da Lei nº 4.886, de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e da Lei nº 6.729, de 1979, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

Em sua redação atual, o art. 710 do Código Civil dispõe que:



□

“Pelo contrato de agência, uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada.”

A proposição busca alterar essa definição para que passe a abranger, além do contrato de agência, a representação comercial, a revenda e a distribuição. Ademais, ao final do dispositivo, a proposição busca estabelecer, que a distribuição não inclui o disposto na Lei nº 6.729, de 1979, que, conforme mencionamos, trata da concessão entre produtores e distribuidores de veículos automotores terrestres.

Ademais, a proposição busca dispor que os contratos de agência e os contratos de agente distribuidor serão regidos pela Lei nº 4.886, de 1965, que trata dos representantes comerciais autônomos, aplicando-se subsidiariamente, nos casos omissos, as disposições do Código Civil.

Acerca do tema, consideramos que a Lei nº 6.729, de 1979, que rege os contratos relativos às as distribuidoras de veículos automotores terrestres, apresenta características sobremaneira específicas, apresentando minúcias no que se refere às obrigações do concedente e das concessionárias de veículos.

Desta forma, é razoável considerar – como faz o presente projeto de lei – que as regras gerais aplicáveis aos contratos de revenda e distribuição **continuem a não ser** aplicáveis às atividades de distribuição de veículos automotores terrestres, efetivadas por meio de concessão comercial entre produtores e distribuidores.

Todavia, como as disposições da Lei nº 6.729, de 1979, já não se aplicam a agentes e a distribuidores – salvo, em face do disposto no art. 721 do Código Civil, de maneira subsidiária – não nos parece ser necessário promover alterações a respeito na legislação.



Já quanto aos contratos de agência e de distribuição, consideramos que, de fato, as disposições do Código Civil não são suficientemente claras.

Nos termos do Código, a distribuição é caracterizada quando o agente tem à sua disposição a coisa a ser negociada. Nesse sentido, pode-se interpretar que o distribuidor adquiriu a coisa para revendê-la.

Com efeito, conforme a literatura, aponta-se que:

*“[...] o contrato de distribuição é caracterizado pela compra e venda reiterada de produtos entre o vendedor (normalmente produtor) e o distribuidor, o qual adquire os produtos para revende-los para terceiros (normalmente consumidores), ficando as partes obrigadas a prestar obrigações diversas uma à outra com o propósito de expandir o mercado para os produtos do produtor. **O distribuidor auferir o seu ganho pela diferença entre o preço pago ao vendedor e o de venda aos terceiros.**”¹*

Quanto à distinção entre contratos de agência e de distribuição, menciona-se ainda que:

*“ [...] é possível afirmar que o **contrato de agência** trata da possibilidade de um indivíduo promover e realizar negócios em nome de terceiros, e o **de distribuição**, da possibilidade de promover e realizar negócios em nome de terceiros com a coisa a ser negociada à sua disposição. ”¹*

Assim, o distribuidor compra e revende mercadorias, auferindo sua remuneração pela diferença entre os preços de compra e de revenda. Todavia, o Código Civil trata o contrato de distribuição como uma modalidade do contrato de agência, uma vez que o art. 710 do Código dispõe que se caracteriza a distribuição quando **o agente** – ou seja, **o agente distribuidor** – tiver à sua disposição a coisa a ser negociada.

Mas, se o distribuidor é uma modalidade de agente, pode haver um conflito com o que é disposto na parte inicial desse art. 710 do Código Civil, que menciona que os negócios são realizados por conta de outrem **mediante**

¹ Disponível em: <<https://joaovitorleal.jusbrasil.com.br/artigos/436735739/contrato-de-agencia-e-distribuicao>>. Acesso em: junho.2022.



remuneração. Ocorre que, se o distribuidor obtém sua remuneração a partir da diferença entre os preços dos bens que adquiriu e posteriormente vendeu, essa remuneração não advém do fornecedor, de maneira que, conseqüentemente, ele não seria um tipo de agente.

Dessa forma, consideramos oportuno que esses aspectos sejam adequadamente esclarecidos, e que a redação do Código seja ajustada para dispor que, na distribuição, a remuneração do agente pode ser advinda exclusivamente a partir da diferença entre os preços de aquisição e revenda do bem.

Quanto à distinção entre as atividades dos representantes comerciais autônomos e as atividades dos agentes ou distribuidores, aponta-se que:

“O representante comercial, entretanto, exerce atividade mais ampla, pois pode participar da conclusão do negócio, efetivamente representando a parte que lhe outorgou poderes, e além disso, submete-se a registro específico em um Conselho. Podendo ainda, este, na prática, agenciar ou distribuir, “já que, se pode o mais (exercer a representação comercial), pode, indiscutivelmente, o menos (praticar atos de agente ou distribuidor) ”.²

“O representante comercial é mais do que um agente, porque seus poderes são mais extensos. O agente prepara o negócio em favor do agenciado; não o conclui necessariamente. O representante deve concluí-lo. Essa é a sua atribuição precípua. Não é necessário que o agente seja qualificado como comerciante. A agência pode ter natureza civil. O representante, por via da própria orientação legal, será sempre comerciante.”²

“[A] representação comercial [deve] se revestir necessariamente do caráter de empresarialidade, enquanto o negócio de agência se vê livre desta limitação, podendo abarcar negócios que não se resumem em empresariais, como, [...] o agente de um desportista, de um escritor ou de um escultor.”³

2 Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/17860/a-representacao-comercial-autonoma-e-suas-distincoes-quando-comparada-com-outros-institutos-juridicos-semelhantes/3>>. Acesso em: junho.2022



Assim, entendemos que o representante comercial exerce uma atividade mais ampla que a do agente ou do distribuidor, motivo pelo qual consideramos inadequada a proposta do projeto de lei em análise que busca estabelecer que os contratos de agência e de agente distribuidor sejam regidos pela lei de representação comercial, ou seja, a Lei nº 4.886, de 1965.

Essas são, portanto, nossas considerações sobre o tema, as quais estão apresentadas no substitutivo ora apresentado e que submetemos à apreciação dos nobres pares.

Dessa forma, em face de todo o exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.059, de 2019 e do Projeto de Lei nº 1780, de 2022, na forma do substitutivo que ora apresentamos.**

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado GUIGA PEIXOTO
Relator



**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.059, DE 2019, E DE
SEU APENSADO: PL Nº 1780/2022**

Altera a redação do art. 710 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, de forma a aprimorar o conceito de agente distribuidor.

○ **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação do art. 710 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, de forma a aprimorar o conceito de agente distribuidor.

Art. 2º O art. 710 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se seu atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 710.

.....

§ 2º O agente distribuidor de que trata o *caput* deste artigo poderá auferir rendimento exclusivamente a partir da diferença entre os preços de aquisição e revenda do bem.”
(NR)



* C D 2 2 5 9 9 7 2 5 5 1 0 0 *



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado GUIGA PEIXOTO
Relator

